

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL	31
1. Generalidades.....	31
1.1. Modelos Tradicionais de Organização do Processo.....	31
1.2. Modelo Cooperativo de Processo	32
2. Jurisdição.....	33
2.1. Equivalentes jurisdicionais	33
2.2. Conceito de jurisdição.....	34
2.3. Princípios da jurisdição	35
2.3.1. Princípio da Investidura	35
2.3.2. Princípio da Inevitabilidade	35
2.3.3. Princípio da Territorialidade	35
2.3.4. Princípio da Indelegabilidade	36
2.3.5. Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição.....	36
2.4. Jurisdição voluntária.....	36
3. Ação.....	37
3.1. Condições da ação.....	38
3.2. Elementos da ação.....	39
3.3. Classificação das ações.....	39
3.3.1. Ações dúplices	39
3.3.2. Ação Condenatória, Ação Constitutiva e Ação Declaratória.....	40
4. Processo.....	41
4.1. Fases da ciência processual.....	41
4.2. Processo e procedimento	42
4.2.1. Flexibilidade do processo	42
4.3. Formação do processo	44
4.3.1. Início do Processo	45
4.3.2. Formação gradual da relação processual.....	45
4.3.3. Procedimento sincrético.....	45
4.4. Pressupostos Processuais	46
4.4.1. Pressupostos de Existência.....	46

4.4.1.1.	Capacidade de ser parte – pressuposto de existência subjetivo (parte)	46
4.4.1.2.	Órgão investido de jurisdição – pressuposto de existência subjetivo (juiz)	46
4.4.1.3.	Demanda – pressuposto de existência objetivo	46
4.4.2.	Pressupostos de Validade	47
4.4.2.1.	Capacidade Processual – requisito de validade subjetivo (parte)	47
4.4.2.2.	Capacidade Postulatória – requisito de validade subjetivo (parte)	47
4.4.2.3.	Competência – requisito de validade subjetivo (juiz)	47
4.4.2.4.	Imparcialidade – requisito de validade subjetivo (juiz)	47
4.4.2.5.	Respeito ao formalismo processual – requisito de validade objetivo intrínseco	48
4.4.2.6.	Inexistência de fatos impeditivos – requisito de validade objetivo extrínseco	48
5.	Justiça multiportas	48
5.1.	Mediação e conciliação	49
5.2.	Arbitragem	50
5.3.	Desjudicialização	52

CAPÍTULO 2

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS	55
1. Parte geral do CPC/15	55
1.1. Normas fundamentais do processo civil	55
1.2. Constitucionalização do processo civil	55
1.3. Princípios e regras processuais civis	56
1.3.1. Princípio do Devido Processo Legal	56
1.3.2. Princípio Dispositivo e Princípio Inquisitivo	57
1.3.3. Princípio da Inafastabilidade da Jurisdição	57
1.3.4. Dever de Estímulo à Autocomposição	58
1.3.5. Princípio da Razoável Duração do Processo	58
1.3.6. Princípio da Primazia do Julgamento do Mérito	59
1.3.7. Princípio da Boa-fé	59
1.3.8. Princípio da Cooperação	60
1.3.9. Princípio da Efetividade	61
1.3.10. Princípio da Isonomia	62
1.3.11. Princípio do Contraditório	62

1.3.12. Princípio da Proporcionalidade e Princípio da Razoabilidade.....	63
1.3.13. Princípio da Legalidade	64
1.3.14. Princípio da Publicidade	64
1.3.15. Princípio da Eficiência	64
2. Ordem cronológica preferencial de julgamento	65
3. Da aplicação das normas processuais.....	66
3.1. Normas regentes do processo no Brasil.....	66
3.2. Direito intertemporal	66
3.2.1. Sistemas de Direito Intertemporal.....	67
3.3. Aplicação do CPC a outros “processos”	68

CAPÍTULO 3

DA COMPETÊNCIA	71
1. Generalidades.....	71
1.1. Princípios processuais relativos à competência	71
1.1.1. Princípio da tipicidade da competência.....	71
1.1.2. Princípio da indisponibilidade da competência.....	72
1.1.3. Princípio do juiz natural.....	72
1.1.4. Princípio da competência adequada.....	72
1.2. Regra fundamental de competência: Kompetenz-Kompetenz	73
2. Competência relativa e competência absoluta.....	73
3. Fixação ou determinação da competência	74
3.1. Critérios de fixação da competência	75
3.1.1. Critério objetivo	75
3.1.2. Critério funcional.....	76
3.1.3. Critério territorial	76
4. Modificação da competência.....	77
4.1. Conexão e continência	77
4.1.1. Conexão	77
4.1.2. Continência	78
4.1.3. Prevenção e juízo preventivo	78
4.2. Cláusula de eleição de foro	79
5. Competência interna	82
5.1. Competência para ações fundadas em direito pessoal.....	82
5.2. Competência para ações fundadas em direito real	83
5.3. Regras especiais de atribuição de competência.....	83
5.3.1. Foro de sucessão	83
5.3.2. Ações propostas contra o ausente.....	84

5.3.3.	Ações propostas contra o incapaz	84
5.3.4.	Demandas em que figuram como parte os Estados e o Distrito Federal e um problema de federalismo processual	84
5.3.5.	Regras diferenciadas para as ações pessoais	86
6.	Incompetência	89
7.	Cooperação judiciária	91
7.1.	Cooperação judiciária internacional.....	91
7.1.1.	Objeto da cooperação internacional.....	92
7.1.2.	Técnicas de cooperação internacional	92
7.1.2.1.	Auxílio Direto	93
7.1.2.2.	Carta Rogatória	93
7.2.	Cooperação nacional	94
7.2.1.	Bases para a compreensão da cooperação judiciária	95
7.2.1.1.	Sujeitos da cooperação	95
7.2.1.2.	Tipos de cooperação	96
7.2.1.3.	Instrumentos ou meios de cooperação.....	96
7.2.1.4.	Atos em cooperação.....	97

CAPÍTULO 4

DOS SUJEITOS DO PROCESSO.....101

1.	Das partes e dos procuradores.....	101
1.1.	Das partes.....	101
1.1.1.	Da Capacidade Processual	101
1.1.1.1.	Da representação e da assistência dos incapazes....	102
1.1.1.2.	Da capacidade processual dos cônjuges.....	103
1.1.1.3.	Da representação processual das pessoas jurídicas e das quase pessoas	104
1.1.1.4.	Incapacidade processual e irregularidade de representação	105
1.1.2.	Legitimidade para ser parte.....	105
1.1.2.1.	Legitimidade Exclusiva e Legitimidade Concorrente. 106	
1.1.2.2.	Legitimidade Ordinária e Legitimidade Extraordinária	106
1.2.	Dos procuradores.....	107
1.2.1.	Da Procuração	107
1.3.	Deveres das partes e dos procuradores	108
1.3.1.	Ato atentatório à dignidade da justiça – violação aos incisos IV e VI do art. 77	109
1.3.2.	Responsabilidade das partes por dano processual e litigância de má-fé	111

1.3.3.	Das despesas	112
1.3.3.1.	Sentença proferida com fundamento em desistência, renúncia, reconhecimento do pedido ou transação.....	113
1.3.3.2.	Adiantamento das despesas.....	114
1.3.3.3.	Prestação de caução pelo autor residente fora do Brasil.....	115
1.3.3.4.	Atos praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública	115
1.3.3.5.	Remuneração do assistente técnico e do perito	116
1.3.3.6.	Outras regras relativas às despesas processuais.....	116
1.4.	Honorários advocatícios.....	117
1.4.1.	Honorários recursais.....	118
1.4.2.	Forma de cálculos dos honorários.....	120
1.4.3.	Outras regras relativas aos honorários.....	123
1.5.	Gratuidade da Justiça.....	126
1.5.1.	Formulação do pedido de gratuidade da justiça.....	128
1.5.2.	Recursos cabíveis	129
1.5.3.	Outras regras relativas à gratuidade da justiça.....	129
1.6.	Sucessão processual.....	131
1.6.1.	Sucessão das partes	131
1.6.1.1.	Alienação da coisa ou cessão do direito litigioso ...	131
1.6.2.	Sucessão dos procuradores	132
2.	Do juiz.....	132
2.1.	Proibição do non liquet e limites da decisão.....	133
2.2.	Controle judicial da lide simulada e da lide fraudulenta	134
2.3.	Responsabilidade Civil do Juiz.....	134
2.4.	Impedimento e suspeição	135
2.4.1.	Do impedimento.....	135
2.4.2.	Da suspeição.....	139
3.	Dos auxiliares de justiça.....	140
3.1.	Do escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça	141
3.2.	Do perito	142
3.3.	Do depositário e do administrador	142
3.4.	Do intérprete e do tradutor.....	143
3.5.	Dos conciliadores e mediadores judiciais.....	143
3.5.1.	Câmaras administrativas de mediação e conciliação	144

CAPÍTULO 5**DO LITISCONSÓRCIO E DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 147**

1. Generalidades.....	147
2. Do litisconsórcio	147
2.1. Classificações.....	148
2.2. Regime processual dos litisconsortes.....	149
2.2.1. Litisconsórcio multitudinário	149
2.2.2. Ausência de citação dos litisconsortes.....	150
3. Intervenção de terceiros.....	150
3.1. Assistência	151
3.1.1. Assistência simples	152
3.1.2. Assistência litisconsorcial	153
3.2. Denúnciação da lide.....	153
3.2.1. Denúnciação da lide sucessiva	154
3.2.2. Inadmissibilidade da denúnciação da lide per saltum	155
3.2.3. Denúnciação promovida pelo autor.....	155
3.2.4. Denúnciação promovida pelo réu.....	155
3.3. Chamamento ao processo.....	157
3.4. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica	158
3.4.1. Legitimados ativos para a descon sideração.....	159
3.4.2. Espécies de descon sideração.....	159
3.4.3. Cabimento do incidente.....	160
3.4.4. Procedimento	161
3.5. Amicus Curiae	161
3.5.1. Admissibilidade da intervenção em qualquer processo	163

CAPÍTULO 6**DOS ATOS PROCESSUAIS 167**

1. Forma dos atos processuais.....	167
1.1. Publicidade dos atos	167
1.2. Atos das partes	168
1.3. Atos do juiz.....	168
2. Preclusão para a prática dos atos	170
3. Tempo e lugar dos atos processuais	170
4. Prazos processuais.....	170
4.1. Contagem dos prazos processuais.....	172
4.1.1. Forma de contagem dos prazos processuais	172

4.1.2.	Suspensão dos prazos processuais	176
4.1.3.	Prorrogação judicial dos prazos.....	177
4.2.	Prazos para o juiz e para os serventuários	177
4.3.	Prazo em dobro para litisconsortes	177
5.	Comunicação dos atos processuais	178
5.1.	Citação	178
5.1.1.	Pessoalidade da citação	180
5.1.2.	Efeitos da citação.....	182
5.1.3.	Modalidades de Citação	183
5.1.3.1.	Citação eletrônica – art. 246, caput.....	184
5.1.3.2.	Citação pelo correio – art. 246, § 1º-A, inciso I....	187
5.1.3.3.	Citação por mandado – art. 246, § 1º-A, inciso II .	188
5.1.3.4.	Citação por mandado com hora certa – art. 246, § 1º-A, inciso II c/c art. 252.....	188
5.1.3.5.	Citação por Edital – art. 246, § 1º-A, inciso IV	189
5.1.3.6.	Comparecimento em cartório – art. 246, § 1º-A, inciso III	191
5.2.	Intimações	191
6.	Negócios jurídicos processuais.....	193
6.1.	Cláusula geral de negociação processual	193
6.1.1.	Eficácia plena dos negócios processuais – desnecessidade de homologação	195
6.2.	Calendarização do processo.....	196
7.	Invalidades processuais	196
7.1.	Normas fundamentais do sistema de invalidades	197
7.1.1.	Princípio da instrumentalidade das formas.....	197
7.1.2.	Princípio do aproveitamento dos atos processuais defeituosos e princípio da fungibilidade.....	198
7.1.3.	Princípio da causalidade	198
7.3.	Classificação tradicional dos vícios: nulidade absoluta, nulidade relativa e anulabilidade	198
7.4.	Nulidade pela falta de intervenção do Ministério Público	199

CAPÍTULO 7

TUTELA PROVISÓRIA.....	203
1. Disposições gerais	203
1.1. Tutela provisória incidental e antecedente	203
1.2. Decisão liminar	204
1.3. Poder geral de efetivação	204

1.4.	Diferenças entre tutela antecipada e tutela cautelar.....	205
2.	Tutelas de urgência.....	206
2.1.	Reversibilidade da medida	207
2.2.	Responsabilidade pelos eventuais prejuízos	207
2.3.	Tutela antecipada antecedente de urgência	208
2.3.1.	Estabilização da tutela provisória.....	210
2.3.1.1.	Inércia do réu e a natureza da estabilização	210
2.3.1.2.	Inércia do autor e o “problema” da dupla inércia... ..	211
2.3.2.	“Recurso” ou “impugnação” para evitar a estabilização.....	211
2.3.3.	Ação revisional da tutela antecipada estabilizada.....	212
2.4.	Tutela cautelar antecedente	213
2.4.1.	Procedimento	213
2.4.2.	Pedido de tutela cautelar incidental.....	216
2.4.3.	Poder geral de efetivação da tutela cautelar.....	216
2.4.4.	Cessação da eficácia da medida cautelar	216
2.4.5.	Fungibilidade entre as demandas cautelar e antecipada.....	217
3.	Tutela de evidência.....	218

CAPÍTULO 8

INTRODUÇÃO AO PROCEDIMENTO COMUM.....223

1.	Formação do processo	223
2.	Suspensão do processo.....	223
3.	Extinção do processo	227
4.	Procedimento comum	228
4.1.	Fases do procedimento comum	228

CAPÍTULO 9

PETIÇÃO INICIAL.....231

1.	Generalidades.....	231
2.	Requisitos da petição inicial	231
2.1.	Causa de pedir	233
2.2.	Pedido	235
2.2.1.	Pedido imediato e pedido mediato	236
2.2.2.	Interpretação do pedido	236
2.2.3.	Cumulação de pedidos	236
2.2.3.1.	Requisitos para a cumulação de pedidos	238
3.	Modificações na petição inicial.....	239

4. Indeferimento da petição inicial.....	240
5. Improcedência liminar do pedido.....	241

CAPÍTULO 10

INTEGRAÇÃO DO RÉU AO CONTRADITÓRIO	245
1. Generalidades.....	245
2. Audiência prévia de conciliação ou de mediação	245
2.1. Regramento procedimental da audiência prévia	246
2.1.1. Atuação do conciliador ou mediador judicial.....	247
2.1.2. Audiência prévia como ato necessário do procedimento.....	247
2.1.3. Multa pelo não comparecimento à audiência prévia	248
2.1.4. Necessidade de as partes estarem acompanhadas e nomeação de representante.....	249
3. Respostas do réu	250
3.1. Contestação.....	250
3.1.1. Prazo para apresentação da contestação	250
3.1.2. Normas estruturais da Contestação	252
3.1.3. Questões prévias preliminares.....	253
3.1.3.1. Arguição de incompetência	255
3.1.3.2. Correção do polo passivo da demanda	258
3.2. Reconvenção.....	259
3.2.1. Pressupostos materiais da reconvenção	260
3.2.2. Interesse de agir na reconvenção.....	260
3.2.3. Autonomia da reconvenção	261
3.2.4. Litisconsórcio na reconvenção	261
3.2.5. Substituição processual e reconvenção.....	261
4. Revelia.....	262
4.1. Efeito material da revelia	262
4.2. Efeito processual da revelia	263
4.3. Outras situações que mitigam os efeitos da revelia	264
4.4. Produção de provas pelo revel.....	264

CAPÍTULO 11

ORGANIZAÇÃO E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	267
1. Providências preliminares.....	267
2. Julgamento conforme o estado do processo	268
2.1. Extinção do processo	268
2.2. Julgamento antecipado do mérito.....	268

2.2.1.	Julgamento antecipado total do mérito	269
2.2.2.	Julgamento antecipado parcial do mérito.....	269
2.2.2.1.	Julgamento antecipado parcial do mérito dos feitos suspensos parcialmente	271
2.3.	Decisão de saneamento e organização do processo	271
2.3.1.	Saneamento consensual.....	273
2.3.2.	Saneamento compartilhado	273
2.3.3.	Produção de provas cuja necessidade surja após o saneamento.....	274

CAPÍTULO 12

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO277

1.	Generalidades.....	277
2.	Procedimento.....	277
2.1.	Registro da audiência.....	279
2.2.	Alteração na data da audiência	279
2.3.	Cisão da audiência.....	280
3.	Incumbências do juiz.....	281

CAPÍTULO 13

TEORIA GERAL DA PROVA283

1.	Generalidades.....	283
2.	Meios e fontes de prova	283
2.1.	Atipicidade dos meios de prova	283
3.	Finalidade da prova	284
3.1.	Objeto da prova	284
3.1.1.	Características do thema probandum.....	284
3.1.2.	Fatos que independem de prova.....	285
3.1.3.	Prova do Direito	285
4.	Destinatários da prova	285
5.	Máximas de experiência e regras de experiência técnica.....	285
6.	Presunção.....	286
7.	Iniciativa probatória de ofício	287
8.	Princípio da comunhão da prova ou aquisição processual da prova	287
9.	Inadmissibilidade da prova	288
9.1.	Proibição da prova ilícita.....	289
9.1.1.	Provas ilícitas por derivação – fruits of the poisonous tree ...	289
10.	Sistemas de valoração das provas	289
11.	Ônus da prova.....	290

12. Prova emprestada	292
12.1. Outras questões sobre a prova emprestada	293
13. Dever de cooperação na busca da verdade	293
14. Produção antecipada de prova	295
14.1. Notas sobre o procedimento.....	296
14.1.1. Competência	296
14.1.2. Citação dos interessados.....	296
14.1.3. Descabimento de defesa ou recurso.....	297
14.1.4. Aplicação do procedimento ao arrolamento de bens.....	298
14.1.5. Produção antecipada de prova incidental	298

CAPÍTULO 14

PROVAS EM ESPÉCIE.....	301
1. Ata notarial	301
2. Depoimento pessoal.....	302
2.1. Finalidade da prova	302
2.1.1. Direito ao silêncio	302
2.2. Depoimento pessoal e interrogatório informal	303
2.3. Pessoalidade	303
2.4. Procedimento.....	303
3. Confissão.....	304
3.1. Espécies de confissão.....	304
3.1.1. Confissão judicial e litisconsortes.....	305
3.2. Ineficácia da confissão	305
3.3. Irrevogabilidade da confissão	306
3.4. Indivisibilidade da confissão	306
4. Exibição de documento ou coisa.....	307
4.1. Exibição contra a parte	307
4.2. Exibição contra terceiro.....	309
5. Prova documental.....	310
5.1. Espécies de documentos	310
5.1.1. Documentos Públicos	310
5.1.2. Documentos Particulares	311
5.2. Higiene dos documentos.....	312
5.3. Arguição de falsidade do documento	312
5.4. Produção da prova documental.....	313
5.4.1. Dever de colaboração dos entes públicos	314
6. Documentos Eletrônicos.....	314

7.	Prova testemunhal.....	314
7.1.	Admissibilidade da prova testemunhal.....	314
7.2.	Sujeitos que podem testemunhar.....	315
7.2.1.	Juiz arrolado como testemunha.....	315
7.3.	Escusa em testemunhar.....	316
7.4.	Procedimento.....	316
7.4.1.	Local e momento de realização das inquirições.....	318
7.4.2.	Exercício de múnus público pela testemunha.....	318
8.	Prova pericial.....	319
8.1.	Fontes da prova pericial.....	319
8.2.	Espécies de perícia.....	319
8.2.1.	Perícia Complexa.....	319
8.3.	Admissibilidade.....	320
8.3.1.	Dispensa da perícia.....	320
8.4.	Integração do perito.....	320
8.4.1.	Substituição do perito.....	321
8.4.2.	Escusa do perito.....	322
8.4.3.	Recusa do perito.....	322
8.5.	Escolha consensual do perito.....	322
8.6.	O assistente técnico.....	323
8.7.	Procedimento.....	324
8.7.1.	“Segunda perícia” e “outra perícia”.....	326
8.8.	Dever de fundamentação e congruência do laudo pericial.....	326
8.9.	Valoração da prova pericial.....	327
8.10.	A prova técnica simplificada.....	327
9.	Inspeção judicial.....	327
9.1.	Fonte da prova.....	328
9.2.	Procedimento.....	328

CAPÍTULO 15

SENTENÇA E COISA JULGADA.....331

1.	Generalidades.....	331
2.	Da extinção do processo.....	331
2.1.	Extinção do processo sem resolução de mérito.....	331
2.2.	Extinção do processo com resolução de mérito.....	334
3.	Elementos da sentença.....	336
4.	Dever de fundamentação das decisões judiciais.....	337
4.1.	Ponderação.....	339

4.2.	Interpretação da decisão	340
5.	Limitações ao poder-dever de decidir	340
5.1.	Princípio da congruência	340
5.2.	Requisito das decisões: certeza	341
5.3.	Atendibilidade dos fatos supervenientes	342
5.4.	Inalterabilidade da sentença	342
6.	Decisões relativas às obrigações de pagar quantia.....	343
6.1.	Hipoteca judiciária	343
7.	Decisões relativas às obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	344
7.1.	Obrigações de fazer e não fazer.....	345
7.1.1.	Obrigações de fazer consistente em emissão de vontade.....	346
7.2.	Obrigações de dar coisa	346
8.	Coisa julgada	346
8.1.	Coisa julgada formal e material	346
8.2.	Modo de produção e efeitos da coisa julgada	347
8.2.1.	Relações jurídicas de trato continuado.....	348
8.2.1.1.	Cessão da eficácia da coisa julgada em razão da superveniência de decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido diverso (Temas 881 e 885 da Repercussão Geral)	349
8.2.2.	Conflito de coisas julgadas	350
8.3.	Limites subjetivo e objetivo da coisa julgada.....	351
8.3.1.	Limites subjetivos da coisa julgada	351
8.3.2.	Limites objetivos da coisa julgada	352
8.3.2.1.	Resolução de questão prejudicial	352
8.4.	Revisão da coisa julgada	354

CAPÍTULO 16

INTRODUÇÃO AOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA357

1.	Ação de consignação em pagamento – arts. 539 a 549.....	357
2.	Ação de exigir contas – arts. 550 a 553	358
3.	Ações possessórias – arts. 554 a 568	358
4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares – arts. 569 a 598.....	359
5.	Ação de dissolução parcial de sociedade – art. 599 a 609.....	359
6.	Inventário e partilha – arts. 610 a 673	359
7.	Embargos de terceiro – arts. 674 a 681	360
8.	Oposição – arts. 682 a 686.....	360
9.	Habilitação – arts. 687 a 692	361

10. Ações de família – arts. 693 a 699	361
11. Ação monitoria – arts. 700 a 702	362
12. Homologação de penhor legal – arts. 703 a 706	362
13. Regulação de avaria grossa – arts. 707 a 711	363
14. Restauração de autos – arts. 712 a 718	363

CAPÍTULO 17

INTRODUÇÃO À TUTELA EXECUTIVA	365
1. Generalidades.....	365
2. Procedimento e classificações.....	365
2.1. Execução Direta e execução indireta.....	365
2.2. Execução definitiva e execução provisória	366
3. Normas estruturais da execução.....	366
3.1. Princípios.....	367
3.1.1. Execução e Princípio da Efetividade	367
3.1.1.1. Cumprimentos dos atos executivos.....	367
3.1.1.2. Inclusão do executado nos cadastros de proteção ao crédito	367
3.1.2. Princípio da Responsabilidade Patrimonial na Execução	369
3.1.3. Princípio da Primazia da Tutela Específica	369
3.1.4. Princípio da Menor Onerosidade da Execução	370
3.2. Regras	370
3.2.1. Nulla executio sine titulo	370
3.2.2. Disponibilidade da execução.....	371
3.2.3. Responsabilidade objetiva do exequente	372
3.2.4. Aplicação subsidiária das normas sobre processo de conhecimento	372
4. Generalidades sobre o procedimento executivo	373
4.1. Requisitos gerais para a execução (fase e processo).....	373
4.1.1. Demanda Executiva	373
4.1.2. Título executivo	373

CAPÍTULO 18

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	377
1. Generalidades.....	377
2. Legitimidade.....	378
3. Competência.....	378
4. Espécies de liquidação	378

4.1.	Liquidação por arbitramento – arts. 509, I e 510	379
4.1.1.	Hipóteses	379
4.1.2.	Procedimento	380
4.2.	Liquidação “por artigos” ou pelo procedimento comum – arts. 509, II e 511.....	380
4.2.1.	Procedimento	380
4.3.	Cálculos aritméticos – arts. 509, §§ 2º e 3º.....	381
5.	Defesa na liquidação.....	381
6.	Liquidação provisória	382

CAPÍTULO 19

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	385
1. Generalidades.....	385
1.1. Demanda Executiva	385
1.2. Comunicação do devedor	385
1.3. Legitimidade passiva.....	387
1.4. Honorários no cumprimento de sentença	387
1.5. Sentença que decide relação sujeita a condição ou termo	388
1.6. Competência para o cumprimento de sentença	389
1.6.1. Disposição do foro	389
1.7. Protesto de sentença	390
1.8. Cumprimento de sentença e tutela provisória	392
2. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	392
2.1. Cumprimento definitivo	393
2.1.1. Atuação do contabilista do juízo	394
2.1.2. Documentos em posse de terceiros ou do Executado.....	395
2.1.3. Execução invertida ou cumprimento por iniciativa do devedor	395
2.2. Cumprimento provisório.....	396
2.2.1. Retorno ao status quo ante.....	398
2.2.2. Dispensa excepcional da caução.....	399
3. Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos	400
3.1. Prisão do devedor de alimentos.....	400
3.2. Disponibilidade do procedimento	402
3.3. Regra específica de competência	403
3.4. Possibilidade de desconto em folha.....	403
3.5. Repercussão penal da conduta procrastinatória do devedor.....	403

3.6.	Constituição de renda em favor do credor de alimentos decorrentes de ato ilícito	403
4.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, não fazer ou de entregar coisa	404
4.1.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou não fazer	405
4.1.1.	Astreintes	406
4.2.	Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	409
5.	Cumprimento de sentença contra a fazenda pública.....	409
5.1.	Cumprimento provisório.....	410

CAPÍTULO 20

NORMAS GERAIS SOBRE PROCESSO DE EXECUÇÃO.....413

1.	Disposições gerais	413
1.1.	Demanda executiva	413
1.2.	O título executivo	413
1.2.1.	Título executivo extrajudicial estrangeiro	414
1.2.2.	Exceção substancial de inadimplemento	414
1.2.3.	Adimplemento da obrigação	415
1.3.	Partes no processo de execução.....	416
1.3.1.	Cumulação de execuções e litisconsórcio	417
1.3.2.	Intervenção de terceiros na execução	418
1.4.	Competência para o processo de execução	418
2.	Poderes do juiz na execução	419
3.	Atos atentatórios à dignidade da justiça.....	419
4.	Responsabilidade patrimonial	421
4.1.	Dos bens sujeitos à execução.....	422
4.2.	Bens submetidos ao regime de superfície.....	424
4.3.	Fraude à execução	425
4.3.1.	Enunciado nº 375 da Súmula do STJ	427
4.3.2.	Diferenças entre fraude à execução e fraude contra credores..	428
4.4.	Direito de retenção.....	428
4.5.	Benefício de ordem do fiador	429
4.6.	Responsabilidade do sócio	429
4.7.	Responsabilidade do espólio	430

CAPÍTULO 21

DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....431

1.	Disposições gerais	431
1.1.	Concurso universal e concurso de penhoras.....	431

1.1.1.	Concurso universal de credores	431
1.1.2.	Concurso de penhoras	432
1.2.	Requisitos da petição inicial	434
1.2.1.	Nulidade da execução	434
1.3.	Incumbências do exequente em razão da penhora	435
1.3.1.	Ineficácia da alienação em face do titular de direito real sobre a coisa penhorada não intimado	437
1.4.	Execução de obrigações alternativas	438
1.4.1.	Obrigação alternativa e obrigação genérica	439
1.5.	Citação e interrupção da prescrição	439
1.5.1.	Efeitos da citação válida	440
2.	Execução para a entrega de coisa	440
2.1.	Entrega de coisa certa	440
2.1.1.	Vicissitudes quanto ao objeto	441
2.1.2.	Liquidação das benfeitorias	442
2.2.	Entrega de coisa incerta	442
3.	Execução das obrigações de fazer e não fazer	443
3.1.	Obrigações de fazer	444
3.1.1.	Satisfação da obrigação	444
3.1.2.	Não satisfação de obrigação infungível	444
3.1.3.	Não satisfação de obrigação fungível	445
3.2.	Obrigações de não fazer	446
4.	Execução por quantia certa	447
4.1.	Certidão de Admissibilidade da Execução	450
4.2.	Penhora	450
4.2.1.	Impenhorabilidades	451
4.2.2.	Ordem preferencial de penhora	455
4.2.2.1.	Utilidade da penhora e ausência de bens penhoráveis ...	457
4.2.3.	Documentação da penhora, de seu registro e do depósito	457
4.2.4.	Lugar de realização da penhora	460
4.2.5.	Modificações da penhora	460
4.3.	Tipos de Penhora	462
4.4.	Avaliação	463
4.4.1.	Avaliação de imóvel vultoso	463
4.4.2.	Nova avaliação	463
4.4.3.	Alteração da penhora	464
4.4.4.	Dispensa de avaliação	464
4.5.	Expropriação	465

4.5.1.	Adjudicação	466
4.5.1.1.	Legitimidade para adjudicar – licitação entre os pretendentes ao bem	467
4.5.1.2.	Remissão do bem pelo devedor hipotecário	468
4.5.2.	Alienação	468
4.5.2.1.	Alienação por iniciativa particular	469
4.5.2.2.	Alienação por leilão judicial.....	469
4.5.2.2.1	O leiloeiro público	470
4.5.2.2.2.	Condições da alienação e preço vil.....	471
4.5.2.2.3.	Pagamento pelo arrematante	471
4.5.2.2.4.	Formalização da arrematação.....	473
4.5.2.2.5.	Vicissitudes do leilão	474
4.6.	Satisfação do crédito	476
5.	Execução de alimentos	477
6.	Execução contra a fazenda pública.....	478
6.1.	Execução entre entes públicos diversos	478

CAPÍTULO 22

DEFESAS NO PROCEDIMENTO EXECUTIVO	481
1. Generalidades.....	481
2. Exceção ou objeção de pré-executividade.....	481
3. Impugnação ao cumprimento de sentença.....	482
3.1. Excesso de execução – quantia superior.....	487
3.1.1. Outras hipóteses de rejeição liminar	488
3.2. Concessão de efeito suspensivo à impugnação.....	488
3.3. Inexigibilidade da obrigação fundada em lei ou ato inconstitucional....	489
4. Embargos à Execução	491
4.1. A cognição nos embargos à execução.....	493
4.1.1. Excesso de execução	494
4.1.2. Embargos de retenção por benfeitorias	495
4.2. Concessão de efeito suspensivo aos embargos	495
4.3. Contagem do prazo em caso de litisconsórcio passivo na execução.....	497
4.4. Embargos à Execução por carta	497

CAPÍTULO 23

SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO	499
1. Suspensão da execução	499
1.1. Suspensão do processo e questão criminal prévia.....	500

1.2.	Concessão de efeito suspensivo à peça de defesa	500
1.3.	Ausência de patrimônio penhorável ou não localização do devedor	500
1.4.	Tentativa frustrada de alienação	501
1.5.	Concessão do parcelamento legal.....	501
1.6.	Convenção das partes.....	501
2.	Extinção da execução	502
2.1.	Indeferimento da demanda executiva	502
2.2.	Extinção da obrigação	502
2.3.	Prescrição intercorrente	503
2.3.1.	Temas 566 a 571 dos Recursos Repetitivos.....	505
2.4.	Desistência da execução	508
2.5.	Julgamento procedente da defesa	508

CAPÍTULO 24

TEORIA GERAL DO PRECEDENTE JUDICIAL509

1.	Generalidades.....	509
2.	Conceitos fundamentais.....	509
2.1.	Ratio Decidendi e obiter dictum	511
2.2.	Stare decisis	512
3.	Interpretação e aplicação do precedente – o distinguishing	512
4.	Superação dos precedentes – overruling, overriding e institutos afins.....	512
4.1.	Signaling.....	513
4.2.	Transformation	514
4.3.	Antecipatory overruling	514
4.4.	Prospective overruling.....	514
5.	Uniformização da jurisprudência	515
6.	Precedentes vinculantes	516
6.1.	Microssistema de formação de precedentes vinculantes.....	518
7.	Microssistema de julgamento de causas repetitivas	518
7.1.	Modelo adotado: causa-modelo ou causa-piloto	519

CAPÍTULO 25

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....521

1.	Generalidades.....	521
2.	O relator	521
2.1.	Incumbências do relator.....	522
2.1.1.	Correção de vícios sanáveis	523
3.	Processamento das causas	524
3.1.	Atendibilidade dos fatos supervenientes e questões apreciáveis de ofício.....	525

3.2.	Sustentação oral	526
3.3.	Conhecimento de questões preliminares.....	528
3.4.	Pedido de vista	528
3.5.	Registro e publicidade do julgamento.....	529

CAPÍTULO 26

PROCEDIMENTOS ORIGINÁRIOS DOS TRIBUNAIS.....		531
1.	Generalidades.....	531
2.	Incidente de assunção de competência.....	531
2.1.	Legitimidade.....	532
2.2.	Competência para julgamento e fixação do precedente	533
2.2.1.	Desistência do recurso e fixação da tese	533
2.3.	Prevenção e superação de divergências no Tribunal.....	533
2.4.	Outras regras relativas ao IAC	534
3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	534
3.1.	Procedimento e participação qualificada	536
4.	Conflito de competência.....	536
4.1.	Legitimidade Ativa.....	537
4.2.	Processamento e Julgamento	538
4.3.	Competência para Julgamento	538
4.4.	Disposições internas dos Tribunais	539
5.	Homologação de decisão estrangeira e concessão de exequatur à carta rogatória.....	540
5.1.	Competência	540
5.2.	Juízo de deliberação.....	541
5.3.	Requisito Negativo	542
5.4.	Execução de decisões estrangeiras de urgência	542
5.4.1.	Concessão de medida de urgência pelo STJ.....	543
5.5.	Outras regras relativas ao tema	543
6.	Ação rescisória.....	543
6.1.	Hipóteses de cabimento	544
6.2.	Não cabimento para anulação de atos das partes.....	548
6.3.	Competência	548
6.4.	Legitimidade.....	550
6.5.	Prazo para ajuizamento	551
6.5.1.	Polêmica quanto ao prazo da ação rescisória parcial.....	552
6.6.	Procedimento da ação rescisória.....	552
6.6.1.	Correção do objeto da ação e remessa ao juízo competente...	554

6.6.2.	Concessão de tutela provisória	555
6.6.3.	Atuação do Relator	555
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	556
7.1.	Modelo adotado: causa-modelo ou causa-piloto	557
7.2.	Legitimidade para instauração do IRDR.....	558
7.3.	Competência	558
7.3.1.	IRDR nos Tribunais Superiores	559
7.4.	Procedimento.....	560
7.4.1.	Ampliação do diálogo democrático na construção do precedente	563
7.4.2.	Publicidade qualificada	563
7.4.3.	Concessão de medidas de urgência nos processos suspensos em razão do IRDR.....	564
7.4.4.	Distinguishing para evitar suspensão de processos que não discutam a tese objeto do IRDR	564
7.4.5.	IRDR sobre questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado	565
7.5.	Revisão da tese.....	566
7.6.	Recursos	566
7.6.1.	Suspensão em âmbito nacional dos processos que versem sobre a questão objeto do IRDR	567
7.7.	Outras disposições.....	569
8.	Reclamação	569
8.1.	Hipóteses de cabimento	570
8.2.	Competência	573
8.3.	Legitimidade.....	573
8.4.	Procedimento.....	574
8.5.	Entendimento restritivo do STJ. Não cabimento da reclamação para garantir a aplicação do precedente formado no julgamento de recursos repetitivos	577

CAPÍTULO 27

TEORIA GERAL DOS RECURSOS	581	
1.	Conceito de recurso	581
2.	Duplo grau de jurisdição.....	582
3.	Classificação dos recursos	583
3.1.	Quanto à fundamentação	583
3.2.	Quanto à extensão da matéria abrangida	583
4.	Juízo de admissibilidade.....	584
4.1.	Inadmissibilidade e negativa de seguimento	584

4.2.	Requisitos de admissibilidade.....	586
4.2.1.	Requisito intrínseco: cabimento.....	586
4.2.2.	Requisito intrínseco: legitimidade recursal	587
4.2.3.	Requisito intrínseco: interesse recursal	587
4.2.3.1.	Interesse para recorrer da fundamentação	587
4.2.4.	Requisito intrínseco: inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer	588
4.2.5.	Requisito extrínseco: preparo	589
4.2.6.	Requisito extrínseco: regularidade formal	591
4.2.7.	Requisito extrínseco: tempestividade.....	591
4.2.7.1.	Algumas regras específicas sobre os prazos	595
5.	Efeitos dos recursos	596
6.	Recurso adesivo	598

CAPÍTULO 28

RECURSOS EM ESPÉCIE	601
1. Apelação	601
1.1. O recurso subordinado ou dependente	602
1.2. Efeitos da apelação	603
1.2.1. Efeito suspensivo	603
1.2.2. Efeito devolutivo	604
1.2.3. Efeito regressivo.....	605
1.3. Procedimento.....	605
1.3.1. Julgamento da causa madura	606
1.3.2. Arguição de fatos novos em sede de apelação	606
1.4. Técnica de ampliação do colegiado	607
1.4.1. Outros casos de aplicação da técnica do colegiado ampliado....	610
1.4.2. Outros casos de não aplicação da técnica do colegiado ampliado	611
2. Agravo de instrumento	611
2.1. Hipóteses de cabimento	611
2.1.1. Decisão interlocutória de conteúdo complexo	620
2.2. Procedimento.....	620
2.2.1. Informação ao juízo a quo da interposição do recurso	623
3. Agravo interno	624
3.1. Procedimento.....	625
4. Embargos de declaração	626
4.1. Procedimento.....	628
4.1.1. Efeitos dos embargos de declaração	630

4.1.1.1. Exceção: quando os embargos não interrompem o prazo para interposição de outros recursos.....	630
4.2. Embargos manifestamente protelatórios.....	632
4.3. Embargos com função de prequestionamento.....	633
5. Recurso ordinário	635
5.1. Hipóteses de cabimento	635
6. Recurso extraordinário e recurso especial.....	637
6.1. Procedimento do recurso especial	639
6.1.1. Relevância da questão infraconstitucional.....	644
6.2. Procedimento do recurso extraordinário	646
6.2.1. Repercussão geral.....	650
6.3. Concessão de efeito suspensivo aos recursos excepcionais.....	654
6.4. Recursos repetitivos.....	655
6.4.1. Distinção entre as questões afetada e sobrestada.....	660
6.4.1.1. Alteração promovida pela Lei nº 13.256/16 e aparente contradição	660
6.4.2. Ampliação do diálogo democrático na construção do precedente	662
6.4.3. Outras regras aplicáveis aos recursos repetitivos	663
7. Agravo em recurso extraordinário e recurso especial.....	663
7.1. Procedimento.....	664
7.1.1. Interesse recursal	666
8. Embargos de divergência	666
8.1. Procedimento.....	668
BIBLIOGRAFIA.....	671